

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras tem terceiro ano seguido de prejuízos	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Petrobras fecha 2016 com prejuízo de R\$ 14,8 bilhões	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Petrobrás registra prejuízo pelo 3º ano consecutivo	6
Título: 'Lucro no trimestre veio de venda de ativos'	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Prejuízo da Petrobras atinge R\$ 14,8 bilhões	9
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Licitação global pode definir sócio para a Eletrobras em Angra 3	11
Título: Endividamento ainda pesa sobre lucro da Petrobras	12
Título: Estatal completa terceiro ano sem pagar dividendos	13
Título: Curtas	14
Título: Conselho da Usiminas poderá destituir CEO	15
Título: Importação de combustível ganha destaque na Raízen	16
Título: Usina Bom Retiro será reaberta após dois anos parada	18
Título: Minoritários da Vale podem eleger primeiro conselheiro	18
Título: Petrobras perde disputa em turma do Conselho	20

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa****Título: Petrobras tem terceiro ano seguido de prejuízos**

Em 2016, perda foi de R\$ 14,82 bi, mas petroleira bate recorde de produção e reduz endividamento

A Petrobras registrou prejuízo de R\$ 14,82 bilhões em 2016, em linha com o esperado pelo mercado. Foi o terceiro ano consecutivo de perdas. Em 2015, o resultado foi negativo em R\$ 34,8 bilhões. Apesar disso, a estatal apresentou melhoras operacionais em razão da redução dos investimentos e do corte de despesas. O presidente da companhia, Pedro Parente, destacou que a dívida, embora tenha caído, ainda está em patamar elevado, próxima de US\$ 100 bilhões.

A produção média de petróleo aumentou 0,75% no ano passado, e atingiu o patamar recorde de 2,144 milhões de barris diários, alcançando a meta prevista pela companhia. Por outro lado, a estatal cortou os investimentos em 32% em 2016, para R\$ 48,1 bilhões. Assim, obteve geração de caixa operacional de R\$ 89,7 bilhões, alta de 4%.

Com venda de ativos, alta do real e amortização de dívidas, a estatal fechou o ano com endividamento líquido de R\$ 314,1 bilhões (ou US\$ 96,4 bilhões). — Houve melhoras operacionais. Tivemos sete trimestres consecutivos de fluxo de caixa positivo. A dívida ficou abaixo de US\$ 100 bilhões. Mas ainda é muito alta — disse Parente, destacando que não haverá distribuição de dividendos.

As ações caíram 3,39% (R\$ 13,70, ON) e 4,41% (R\$ 13, PN), com queda do preço do petróleo. A dívida total da companhia recuou de R\$ 493 bilhões no fim de 2015 para R\$ 385 bilhões no fim do ano passado. Com o resultado, Parente foi perguntado se a empresa espera melhoria da nota pelas agências de risco. — Não depende só de nós. A direção do Plano de Negócios e a redução do endividamento com uma situação operacional positiva sugerem que podemos ter revisões próximas positivas — afirmou.

Para 2017, Parente prevê investimento de US\$ 19,8 bilhões e produção de 2,07 milhões de barris de petróleo por dia. Ele disse que a empresa continuará a reduzir custos e vender ativos.

— Vamos fazer tudo o que for possível para atingir as metas. Na área de refino, buscamos parcerias e estamos estudando o modelo — afirmou Parente.

Para o estrategista-chefe da Modena Capital, Marcos Elias, o resultado reforça o posicionamento da estatal, de vender ativos e reduzir a alavancagem: — Mas a companhia ainda tem uma das maiores dívidas corporativas do planeta. Uma empresa muito endividada não consegue financiar seus investimentos para expansão de sua produção.

VITÓRIA EM DECISÃO JUDICIAL

Solange Guedes, diretora de Exploração e Produção, destacou o corte de custos, como a redução de 21% da frota de helicópteros e o corte de 24% das sondas. — Tivemos uma redução de 25% no tempo de construção de poços. O foco é ter uma operação otimizada — disse ela.

A empresa sentiu os reflexos da crise. Jorge Celestino, diretor de Refino, lembrou que houve queda de 8% nas vendas de derivados, como gasolina e diesel. A receita de vendas caiu 12% no ano passado, para R\$ 282,5 bilhões. Em razão da retração do mercado interno, a Petrobras se tornou exportadora líquida de petróleo, com 168 mil barris diários.

Ivan Monteiro, diretor Financeiro da Petrobras, destacou que a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), de liberar a venda de ativos sob novas condições, deu nova dinâmica ao processo. Ele destacou que deve entrar no caixa da companhia em 2017 a venda de ativos como a da empresa de distribuição do Chile, usinas de cana de açúcar, a NTS, a Liqueigás, a petroquímica Suape, entre outros. Serão reiniciados os processos de venda da BR Distribuidora, de dez polos de campos terrestres e campos de águas rasas em Sergipe e Ceará.

Ontem, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região aceitou recurso da Petrobras e derrubou liminar que suspendia a licitação do navio-plataforma de Libra (FPSO), que a petroleira pretendia contratar no exterior. A estatal teve vitória ao ser negada liminar que pretendia suspender a contratação da FPSO de Sépia.

Hugo Repsold, diretor de Assuntos Corporativos da Petrobras, disse que, após os programas de demissões voluntárias, a empresa pretende voltar a contratar. Ele disse que já houve corte de 13 mil funcionários e outros 4 mil devem deixar a empresa: — A empresa pretende voltar a contratar e seguir seu ritmo normal, com concursos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras fecha 2016 com prejuízo de R\$ 14,8 bilhões

Ainda sob forte impacto das baixas contábeis feitas ao longo do ano, a Petrobras fechou 2016 com prejuízo de R\$ 14,824 bilhões. Foi o terceiro ano seguido com perdas bilionárias em seu balanço —em 2015, o prejuízo foi de R\$ 34,836 bilhões.

No quarto trimestre de 2016, a empresa registrou lucro de R\$ 2,510 bilhões, provocado pelo aumento das exportações de petróleo e redução das despesas financeiras.

O resultado, porém, foi insuficiente para reverter as perdas de R\$ 17,334 bilhões acumuladas nos primeiros nove meses do ano.

No terceiro trimestre, a empresa havia anunciado baixas contábeis de R\$ 15,7 bilhões, referentes a efeitos do aumento do risco-país, do câmbio e da postergação de alguns projetos.

Em entrevista para detalhar o balanço, o presidente da companhia, Pedro Parente, defendeu que a empresa vem apresentando evolução em seu desempenho operacional, mas que ainda não pode perder o foco em medidas para reduzir o elevado endividamento.

"Pelo sétimo trimestre seguido, apresentamos um fluxo de caixa livre (isto é, a empresa gerou mais dinheiro do que gastou", disse ele. No trimestre, o fluxo de caixa livre foi de R\$ 11,953 bilhões. No acumulado do ano, foram R\$ 41,572 bilhões.

O resultado foi obtido com o aumento da produção e das margens de lucro na venda de combustíveis. Mas também sofrem impacto de uma redução nos investimentos, que foram 32% menores do que os realizados em 2015.

Parente citou, entre os avanços, o recorde na produção de petróleo no país, de 2,144 milhões de barris por dia, e o fato de a empresa ter se tornado, ao final do ano, exportadora líquida de petróleo e derivados —a empresa vendeu no exterior uma média de 168 mil barris por dia a mais do que comprou.

Com maior produção do pré-sal, a companhia tem reduzido as compras de óleo leve no exterior, que antes eram necessárias para a produção de diesel e querosene de aviação. Em 2016, o petróleo nacional representou 92% do suprimento às refinarias da Petrobras, contra 84% no ano anterior.

"Isso gera uma grande economia logística", disse o diretor de abastecimento da companhia, Jorge Celestino. "Praticamente, estamos importando óleo leve apenas para a produção de lubrificantes".

A geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro antes de juros e impostos) foi de R\$ 88,693 bilhões, contra R\$ 73,859 bilhões no ano anterior.

Beneficiada pela valorização do real frente ao dólar e por pagamentos antecipados de empréstimos, a dívida líquida da companhia caiu de R\$ 391,962 bilhões, ao fim de 2015, para R\$ 314,120 bilhões. Em dólares, caiu de US\$ 100,425 para US\$ 96,381 bilhões.

O indicador de dívida líquida sobre Ebitda, que é uma das prioridades do plano de negócios da companhia, caiu de 5,11 vezes para 3,54 vezes. A meta é chegar a 2,5 vezes em 2018. Parente não descartou, porém, buscar um número inferior a esse.

"Não achamos que 2,5 vezes realmente é o número final. O número que é mais confortável é 1,5 vezes" disse, frisando que "nenhum relaxamento, nenhum refresco" será dado se a meta for atingida antes do prazo.

A Petrobras fechou 2016 com uma receita de R\$ 282,589 bilhões, queda de 12% com relação aos R\$ 321,638 registrados em 2015.

TCU

Parente disse que a empresa ainda prevê atingir sua meta de venda de ativos, apesar das mudanças que terá que fazer para dar maior transparência ao processo por exigência do TCU (Tribunal de Contas da União).

Considerando que faltaram US\$ 1,5 bilhão para atingir a meta de US\$ 15,1 bilhões para o período entre 2015 e 2016, o presidente da estatal disse que a expectativa agora é vender US\$ 21 bilhões até o fim de 2018.

Questionado sobre a possibilidade de atrasos no processo, o diretor financeiro da companhia, Ivan Monteiro, afirmou que a empresa já passou por uma "curva de aprendizado" e que agora as negociações serão mais rápidas. Entre os ativos afetados, está a BR Distribuidora.

Parente disse, porém, que as liminares que vêm sendo obtidas por sindicalistas contra venda de ativos têm atrapalhado a entrada de recursos do programa de venda de ativos. Ele citou especificamente o caso da malha de gasodutos vendida à Brookfield por US\$ 5,2 bilhões, fechada no ano passado, mas suspensa até que a liminar foi derrubada, no início deste mês.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Óleo no oceano

Quatro empresas –entre elas, a Cargill– são acusadas de crime ambiental no Guarujá (SP) pelo Ministério Público Federal. O órgão pede multa de R\$ 2,5 milhões.

Em agosto de 2016, vazaram cem litros de óleo de um navio que era abastecido no porto da cidade. Em casos de crime ambiental, a acusação não precisa provar de quem foi a culpa, diz o procurador Ronaldo Ruffo Bartolomazi.

Por isso, são consideradas rés a proprietária da embarcação, a abastecedora de combustível, a agente marítima (responsável pelo gerenciamento do navio durante a viagem) e a seguradora.

"A responsabilidade nesses casos também é solidária: acionei os quatro, mas é possível que uma empresa só possa pagar pelos demais."

Em nota, a Cargill informa que ainda não foi notificada do caso. As demais empresas implicadas não foram encontradas pela coluna.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes, Mariana Durão, Mariana Sallowicz, Vinicius Neder

Título: Petrobrás registra prejuízo pelo 3º ano consecutivo

Balanço. Resultado da estatal sofreu impacto de baixas contábeis, da queda no preço do barril do petróleo e da desvalorização do real frente ao dólar; redução de 8% na venda de derivados do petróleo no mercado interno também influenciou o desempenho da empresa

A Petrobrás amargou prejuízo de R\$ 14,824 bilhões em 2016 e, mais uma vez, não pagará dividendos aos acionistas. Foi o terceiro ano no vermelho desde 2014, quando a Operação Lava Jato começou a revelar desvios de recursos na empresa e o preço do petróleo passou a despencar no mercado internacional. O balanço financeiro divulgado ontem ainda enfrenta questionamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que define nas próximas semanas se a estatal terá que republicar todos seus demonstrativos desde 2013 pelo uso de um instrumento de proteção contra variações cambiais.

"Temos que trabalhar com alguma margem de segurança e buscar o melhor resultado da empresa. Queremos voltar a pagar dividendos o mais cedo possível", afirmou o presidente da Petrobrás, Pedro Parente.

Em 2016, o prejuízo da Petrobrás teve como pano de fundo a queda de 8% na venda de derivados do petróleo no mercado interno e, principalmente, as baixas

contábeis (impairment) de quase R\$ 21 bilhões. Em 2015, a estatal já havia realizado baixas de quase R\$ 50 bilhões em seu balanço financeiro por conta de perdas com corrupção e investimentos mal sucedidos. Outro efeito foi o gasto com o programa de desligamento de funcionários, que totalizou R\$ 4,1 bilhões.

No quarto trimestre, a estatal esboçou uma reação puxada pela melhora do lucro operacional e do resultado financeiro líquido. Com isso, fechou o período com um lucro de R\$ 2,510 bilhões. "São números de resultados operacionais positivos muito relevantes, mas quero contrastar que ainda temos uma dívida muito relevante", disse.

O executivo afirmou ainda que a dívida da Petrobrás ainda é a maior entre as petroleiras. "É maior que a de todos os estados da federação, excluindo São Paulo. Não podemos e não vamos descuidar desse assunto." Ao longo do ano, a estatal viu a dívida líquida cair 20%, para R\$ 314,120 bilhões, mas em dólar, a empresa encerrou 2016 devendo US\$ 96,381 bilhões, queda de apenas 4% em relação ao nível de 2015. No balanço, a Petrobrás reconheceu a "apreciação do real em 16,5%" como um dos motivos para a queda na dívida, ao lado de amortizações.

CVM. Os efeitos da variação cambial nas contas da estatal estão por trás do questionamento da CVM. O órgão regulador poderá exigir o recálculo dos resultados se decidir que a estatal não pode usar o mecanismo de contabilidade de hedge (proteção). A Petrobrás não se pronunciou ontem sobre qual seria o efeito dessa decisão nos resultados, mas reafirmou que está recorrendo da decisão da área técnica da CVM - o questionamento foi feito mês passado.

A contabilidade de hedge compensa as despesas financeiras das dívidas em moeda estrangeira com a receita futura com exportações - e traz essa conta para o balanço, no presente. Segundo o analista Flávio Conde, do WhatsCall Research, a contabilidade de hedge favorece o resultado da estatal. "Se a Petrobrás perder a discussão com a CVM, vai ter de reconhecer uma perda de variação cambial de R\$ 6,6 bilhões em 2016."

A produção média de petróleo da Petrobrás no Brasil ficou em 2,144 milhões de barris por dia (bpd), 0,75% acima de 2015, um resultado recorde. Produzindo mais e vendendo menos no mercado interno, a petroleira exportou mais. Com isso, a companhia foi exportadora líquida ano passado, com alta de 6% nas exportações e queda de 30% das importações.

Para explicar a melhora do desempenho no fim do ano, a Petrobrás destacou a substituição do processamento do petróleo leve importado pelo óleo do pré-sal de alta rentabilidade, que, junto com a nova política de preços internos, contribuiu para melhorar as margens da gasolina e do óleo diesel. "Sob o ponto

de vista operacional, o resultado (de 2016) é extremamente positivo, (um desempenho) que muitas empresas gostariam de ter", disse Parente.

Balanço pode ser alvo de novos questionamentos

- O prejuízo de R\$ 14,824 bilhões registrado pela Petrobrás em 2016 pode gerar novos questionamentos de investidores na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a xerife do mercado financeiro. Pela Lei das Sociedades Anônimas, ao registrar o terceiro resultado negativo consecutivo, a empresa é obrigada a dar direito a voto aos donos de ações preferenciais até que volte a lucrar.

No caso da Petrobrás, isso significa que o controle sai das mãos da União e passa a ser compartilhado com grandes grupos privados, em sua maioria, estrangeiros.

A companhia, no entanto, entende que a Lei do Petróleo (9.478/97) protege os direitos do governo. Segundo o artigo 62 da Lei, "a União manterá o controle acionário da Petrobrás com a propriedade e posse de, no mínimo, cinquenta por cento das ações, mais uma ação, do capital votante". Além disso, determina que as ações preferenciais nunca tenham direito a voto.

A discussão gira em torno, portanto, de qual lei se sobrepõe: a das sociedades anônimas ou a do petróleo.

Para a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), a Petrobrás forçou prejuízos nos últimos três anos, ao registrar baixas contábeis, exatamente para conceder poder aos investidores privados. Por isso, diante do prejuízo promete recorrer à CVM e questionar mais uma vez os resultados financeiros de 2014 a 2016. Essas demonstrações já são investigadas pela Comissão. / FERNANDA NUNES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder

Título: 'Lucro no trimestre veio de venda de ativos'

Entrevista : John Forman, ex-diretor da ANP e sócio da J.Forman Consultoria

O resultado da Petrobrás veio melhor em 2016, com lucro no quarto trimestre, mas a melhora não é suficiente, segundo John Forman, ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e sócio da J.Forman Consultoria. Ao comentar os resultados da petroleira, o especialista minimizou também os ganhos com a redução da dívida, um dos maiores problemas do grupo.

- O que sr. achou do resultado da Petrobrás?

O resultado deu uma melhoria, mas não foi uma grande melhoria. Os lucros (no 4.º trimestre) resultaram basicamente da venda de ativos. O volume de vendas caiu muito. A crise está fazendo estrago.

- O fato de a dívida ter encolhido foi positivo?

Houve uma redução de dívida grande em reais, mas não tão grande em dólares. Caiu 20% em real e 4% em dólar. Isso aí é variação cambial, não tem nada a ver com eficiência nem resultado de pagamento. E tem que pagar em dólar, né?

- E a produção?

A produção aumentou, mas as vendas diminuíram.

- As exportações subiram 6% em 2016. Qual o efeito de depender mais de exportações?

Na exportação, a Petrobrás vai ter de obedecer o preço internacional. Não tem o controle que tem na venda interna, em que se pode fazer atrasos em relação à queda de preços (no exterior), manter (a cotação) mais cara, como manteve. Ao contrário do governo (da ex-presidente) Dilma (Rousseff), em que ela mandou baixar o preço (da gasolina e do diesel) em relação ao mercado internacional, a Petrobrás passou um bom tempo com o preço mais alto, o que ajudou o fluxo caixa dela.

- A política de preços não é agora alinhada com o exterior?

Na venda interna, a Petrobrás tem a possibilidade de manipular um pouquinho, para manter um pouco melhor o fluxo de caixa dela.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Prejuízo da Petrobras atinge R\$ 14,8 bilhões

A Petrobras teve prejuízo líquido de R\$ 14,824 bilhões em 2016 e acumula três anos consecutivos de resultados negativos. Mas o rombo está diminuindo. Em 2015, houve perda recorde de R\$ 34,8 bilhões e, em 2014, de R\$ 21,6 bilhões. Em comunicado, a companhia atribuiu o novo prejuízo “principalmente à reavaliação de ativos e de investimentos, no valor total de R\$ 20,9 bilhões”.

Apesar dos números ruins, a diretoria da empresa destacou ontem, durante a divulgação do balanço contábil de 2016, que o resultado foi “marcado por uma melhora significativa no desempenho operacional da empresa”, que se refletiu numa reversão do prejuízo apurado no terceiro trimestre de 2016 para um lucro líquido de R\$ 2,51 bilhões no quarto trimestre.

Outro fator comemorado pela direção foi que a petroleira conseguiu reduzir o seu endividamento em 20%. No fim de 2016, a dívida líquida da Petrobras somou R\$ 314,12 bilhões ante R\$ 392 bilhões em 2015. Em dólares, o recuo foi de 4%, passando de US\$ 100,4 bilhões para US\$ 96,38 bilhões. Segundo a companhia, o endividamento caiu “em decorrência da amortização e pré-pagamento de dívidas, utilizando recursos de desinvestimentos e do caixa, bem como da apreciação do real”. A gestão da dívida também possibilitou o aumento do prazo médio de 7,14 para 7,46 anos, informou a Petrobras.

Para o professor de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Adilson de Oliveira, especialista em política energética, os dados não são positivos no sentido de que o prejuízo ainda é significativo. “Mas os indicadores sugerem que a situação financeira da companhia está melhorando, com redução do endividamento e do prejuízo”, analisou.

Oliveira ressaltou, no entanto, que a companhia está exportando petróleo e importando derivados. “Isso pode até ser bom para Petrobras, em termos financeiros, mas é péssimo para o país. Significa que a capacidade de refino está defasada em relação à produção. Se houver uma retomada da economia, com aumento do consumo, a empresa terá que fazer investimentos na área de refino”, projetou.

Mercado interno

Conforme a estatal, o volume de vendas no mercado interno continua em queda e a redução, no ano passado, foi de 8%. “Apesar do preço de petróleo mais baixo em 2016, da retração do mercado nacional de derivados e da menor geração de energia elétrica, a petroleira operou com maiores margens de diesel e gasolina, se comparado ao ano anterior, e reduziu seus gastos com importações, participações governamentais e suas despesas de vendas, gerais e administrativas”.

O Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), referência utilizada pelo mercado financeiro como uma aproximação da geração de caixa, foi de R\$ 24,8 bilhões no último trimestre do ano passado e de R\$ 88,7 bilhões em 2016, 16% superior a 2015. Com isso, a métrica traçada pela petroleira da relação dívida líquida/Ebitda foi reduzida de 5,11, em 2015, para 3,54, em 2016. A meta é o indicador atingir 2,5 no fim de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho****Título: Licitação global pode definir sócio para a Eletrobras em Angra 3**

O governo pretende realizar em 2018 uma licitação internacional para atrair um sócio para a Eletrobras em Angra 3 e, assim, viabilizar a retomada das obras de construção da usina nuclear, suspensas desde 2015 por falta de pagamento a fornecedores e indícios de fraudes nos contratos de bens e serviços. A expectativa é que o empreendimento fique pronto entre 2023 e 2024, disse ontem o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa.

Segundo ele, a Eletrobras deve apresentar em abril, ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), um estudo sobre a retomada do projeto, cuja execução física gira em torno dos 60%. "Gostaríamos muito que houvesse um processo competitivo para isso. Trazer um parceiro privado, internacional, que aportasse recursos", afirmou Pedrosa, que cita o interesse de empresas chinesas e russas no projeto. O secretário admite que a conclusão de Angra 3 exigirá investimentos de "valor muito significativo", mas que a estatal já sinalizou o interesse de continuar as obras. "O custo de não concluir a obra, para a Eletrobras, é maior que o custo de concluir. Como concluir e como fazer o reequilíbrio [financeiro-econômico] da obra, esse é o grande desafio", disse Pedrosa. O secretário falou também sobre a intenção da Eletrobras de privatizar ainda este ano as distribuidoras de energia do Piauí (Cepisa), Alagoas (Ceal), Acre (Eletroacre), Rondônia (Ceron), Roraima (Boa Vista Energia) e Amazonas (Amazonas Distribuidora). Pedrosa disse que o governo estuda a possibilidade de leiloar as concessionárias em blocos com mais de uma distribuidora, para aproveitar as potenciais sinergias entre as concessões. "A modelagem é o que vai sugerir [o modelo de privatização]. Pode ser que a gente faça um modelo que permita ofertas combinadas. Podemos desenvolver um leilão que capture isso, se o mercado entender que há valor na compra em bloco", afirmou o secretário. Ele ressaltou que a modelagem ainda não está definida, mas antecipou que o governo estuda formas de estimular os investimentos na melhoria da qualidade dos serviços nas áreas de concessão envolvidas. Segundo ele, uma das alternativas avaliadas é instituir a revisão tarifária no segundo ano de concessão - normalmente o ciclo de revisões tarifárias é a cada quatro anos. O objetivo, explica Pedrosa, é que as tarifas já reflitam, desde o início da concessão, a remuneração aos investimentos futuros. Outra possibilidade em estudo é converter as multas por não cumprimento de metas de qualidade no serviço em investimentos na melhoria do suprimento aos clientes. Pedrosa afirmou, ainda, que mantém a intenção de religar este ano as usinas da Cemig - que trava com o governo uma disputa na Justiça pelo direito de permanecer com a concessão das hidrelétricas de São Simão, Jaguará e Miranda, desde que a empresa se

recusou a renovar os contratos pelas bases impostas na Medida Provisória P 579, em 2012.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho, Camila Maia, Fernando Torres

Título: Endividamento ainda pesa sobre lucro da Petrobras

A Petrobras fechou, nos últimos três meses de 2016, o sétimo trimestre consecutivo de fluxo de caixa livre positivo, marcando um de seus melhores resultados operacionais dos últimos anos. Apesar disso, o elevado endividamento da companhia continua pressionando os resultados e impedindo que a estatal apure lucros significativos. A estatal teve lucro líquido de R\$ 2,5 bilhões no quarto trimestre de 2016, ante o prejuízo de R\$ 36,9 bilhões registrado um ano antes. Em 2016, porém, a companhia amargou seu terceiro resultado anual negativo, com perda de R\$ 14,8 bilhões, ainda refletindo baixas contábeis por redução ao valor recuperável de ativos e investimentos ("impairment") e outras questões, como o custo alto da sua dívida, que pressiona o resultado financeiro.

O endividamento líquido da companhia caiu 20% no ano passado, para R\$ 314,12 bilhões, refletindo, principalmente, a valorização do real ante o dólar no período. A combinação deste fator, com a melhora do resultado operacional, fez com que a relação entre a dívida líquida e o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caísse de 5,11 vezes para 3,54 vezes no ano, se aproximando mais da meta da companhia, de chegar a uma alavancagem de 2,5 vezes até o fim de 2018. Em dólares, porém, a retração da dívida foi menor, de 4%, para US\$ 96,4 bilhões ao fim de 2016. "Nossa dívida líquida ainda está perto de US\$ 100 bilhões e ainda é a maior de todas as empresas de óleo e gás do mundo", disse Pedro Parente, presidente da Petrobras, durante entrevista coletiva concedida ontem, depois da divulgação do resultado. "A dívida da Petrobras é maior que a de todas as entidades não financeiras somadas no Brasil, soma 70% da dívida de todos os Estados da federação. Não podemos e não vamos descuidar desse assunto", afirmou, quando questionado sobre a rápida queda da alavancagem em reais em 2016. Parente destacou que a empresa apresentou resultados "muito bons", mas pontuou, porém, que "é sempre bom ter o contexto que esse trabalho todo que está sendo feito tem como pano de fundo, ainda, uma dívida da empresa muito elevada. " Companhia diz que sua geração de caixa operacional foi a maior entre todas as petroleiras listadas. Mesmo assim, a estatal apresentou a maior geração operacional de caixa entre todas as empresas de óleo e gás do mundo listadas em bolsa, segundo o executivo. Em 2016, o fluxo de caixa livre da Petrobras somou R\$ 41,57 bilhões, 2,6 vezes maior que o de 2015. A margem bruta do ano foi de 32%, acima de 31% do ano anterior. Já a margem Ebitda deu subiu de 24% para 31%. O problema está no custo da

dívida, com o resultado financeiro, uma despesa de R\$ 27,2 bilhões, representando quase 10% da receita líquida. Segundo Parente, há, na empresa, uma visão de que será possível chegar ao fim de 2018 com uma alavancagem abaixo de 2,5 vezes. "A meta é 2,5 [vezes], mas tudo aquilo que pudermos fazer, se chegar abaixo de 2,5 [vezes] neste prazo, não vamos reduzir o empenho e determinação em busca de resultados cada vez melhores", disse. Como parte da estratégia para reduzir endividamento e aumentar a rentabilidade, a Petrobras cortou investimentos e segue com o programa de venda de ativos, que irrigou o caixa da empresa com R\$ 7,23 bilhões em 2016, sendo R\$ 4,8 bilhões no quarto trimestre. Foram justamente ganhos com a alienação de ativos (que não se confundem com o caixa recebido nas transações) que ajudaram a compensar novas baixas contábeis feitas no resultado do quarto trimestre, limitando o impacto negativo no resultado. A Petrobras fez baixas por impairment de R\$ 3,67 bilhões no trimestre, além de ter registrado perdas de R\$ 397 milhões com programas de incentivo ao desligamento voluntário. Por sua vez, ganhos com vendas de ativos somaram R\$ 3,4 bilhões, e a companhia também teve um resultado positivo de R\$ 1,6 bilhão relacionado ao abandono de áreas. Dessa forma, a linha "itens especiais" do seu balanço veio positiva em R\$ 2,5 bilhões, contra o resultado negativo de R\$ 53,8 bilhões dos últimos três meses de 2015. Os investimentos seguem em queda. Em 2016, a companhia cortou os aportes em 27%, para R\$ 55,3 bilhões. O plano de negócios 2017-2021 prevê investimentos de US\$ 74,5 bilhões no período, e vendas de US\$ 21 bilhões em ativos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernando Torres e Thais Carrança

Título: Estatal completa terceiro ano sem pagar dividendos

Depois de registrar prejuízo de R\$ 14,82 bilhões em 2016, motivado principalmente por baixas contábeis e despesas financeiras elevadas, a Petrobras confirmou ontem que ficará mais um ano sem distribuir dividendos aos acionistas. Desde a primeira vez que fechou um exercício no vermelho, em 2014, a estatal informou que não pagaria dividendos caso não tivesse lucro anual, ainda que houvesse reservas acumuladas no que permitisse a distribuição de lucros "antigos". Nesse período de três anos, o prejuízo somado alcançou R\$ 71,25 bilhões.

A persistência de três exercícios sem remunerar os acionistas seria um problema para outras companhias abertas no Brasil, uma vez que a Lei das S.A. prevê que as ações preferenciais ganhem direito a voto nessa situação. Porém, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, voltou a esclarecer ontem sobre o entendimento de que a Lei do Petróleo impõe o controle da companhia pela União, controle que seria perdido caso os preferencialistas ganhassem o direito de votar. Por ser

específica, a Lei do Petróleo prevalece sobre a regra geral das demais S.As.. "Não vamos pagar dividendos, embora seja o desejo da empresa fazê-lo o mais rápido possível", declarou Parente ontem, durante coletiva de imprensa no Rio. A única hipótese de os acionistas receberem dividendos sobre os resultados de 2016 é o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não aceitar o recurso da Petrobras contra a decisão da área técnica da autarquia, que defende que a empresa reverta os efeitos da contabilidade de hedge adotada desde 2013. Por esse mecanismo contábil, a estatal difere no tempo o impacto da variação cambial sobre a dívida em dólar, até que exportações sejam feitas e contrabalançam o efeito com sinal inverso. No caso de 2016, como o dólar saiu de R\$ 3,90 para R\$ 3,26 entre o início e o fim do ano, a contabilidade de hedge diminuiu o resultado líquido da Petrobras em R\$ 33,17 bilhões. Se o balanço fosse reapresentado sem a prática contábil, portanto, a estatal teria divulgado lucro de R\$ 18,35 bilhões, em vez do prejuízo anunciado. Com lucro, teria que pagar dividendo equivalente a 25% aos acionistas, com prioridade para os preferencialistas. A direção da empresa, contudo, se diz segura sobre a consistência da prática contábil adotada pela administração anterior, que nunca recebeu ressalva da auditoria externa PwC, e sequer admite a hipótese de decisão contrária na diretoria da CVM. O principal fator que motivou o prejuízo dos últimos três anos foram baixas contábeis por perda do valor recuperável. Ao todo, esse tipo de despesa somou R\$ 115,3 bilhões em três anos. Mas o tamanho do baque mudou de patamar. Ficou acima da casa dos R\$ 40 bilhões em 2014 e 2015, mas caiu a R\$ 20,9 bilhões em 2016. Considerando todos os lançamentos tratados como "itens especiais" pela Petrobras - entram na conta não só impairment, mas também efeitos de programas de demissão voluntária e perdas ou ganhos com contingências judiciais -, o efeito no ano passado foi negativo em R\$ 22,2 bilhões. Isso indica que, caso baixas contábeis relevantes não se repitam, a Petrobras deve voltar ao azul em 2017, o que permitirá o pagamento de dividendos. O peso das despesas financeiras, contudo, ainda impede lucros maiores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Angra 2 desligada

A Eletronuclear ainda não tem previsão de retorno à operação da usina nuclear de Angra 2, desligada para reparos no sistema de água de alimentação principal. Esta é a quinta vez que a usina é desligada em dois meses. De acordo com relatório do ONS, a térmica está prevista para retomar a operação amanhã.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás e Ivo Ribeiro****Título: Conselho da Usiminas poderá destituir CEO**

Reunião do conselho de administração da Usiminas marcada para quinta-feira, dia 23, pode resultar em mais uma troca do comando executivo da companhia. O Valor apurou que a maioria dos conselheiros vai avaliar a conduta do presidente, Rômelo de Souza, ao assinar memorando de entendimento com a Mineração Usiminas, com vistas a um acordo de compensação de perdas da fornecedora de minério à siderúrgica. O memorando foi assinado no início de maio de 2016. Na pauta da reunião extraordinária, além da discussão sobre o documento, está prevista a nova eleição de diretoria da siderúrgica. Em reunião do colegiado, em novembro, a assinatura do documento foi considerada irregular por dois conselheiros ligados à Ternium, que controla a empresa junto com a Nippon Steel & Sumitomo.

Oscar Montero e Guilherme Poggiali consideraram que "a assinatura de tal documento foi um ato irregular e contrário ao Estatuto Social da companhia, expondo a Usiminas a risco". O pedido de inclusão do tema na pauta de quinta-feira, no entanto, conforme informou ao Valor uma fonte ligada ao conselho de administração, foi feito pelo conselheiro Francisco da Costa e Silva, representante do BTG Pactual /Banco Econômico, acionista minoritário que em maio do ano passado votou pela troca de Souza na presidência da Usiminas. A convocação da reunião extraordinária, disse outra fonte, foi feita em conjunto pelos conselheiros Costa e Silva, Luis Carlos Miranda (representante dos empregados) e Elias Brito (independente e presidente do conselho de administração). Os três votaram pela troca de Souza em 2016. Segundo a mesma fonte próxima ao colegiado, a convocação é mais uma tentativa de afastar Souza da presidência da empresa mineira. Em maio do ano passado, mesmo sem o consenso dos controladores, exigido pelo acordo de acionistas, Sérgio Leite foi eleito para sua vaga. Mas, em outubro, decisão unânime do Tribunal de Justiça de Minas Gerais reconduziu Souza à presidência. Caso novo afastamento se confirme e Souza seja substituído novamente por Leite, em nova eleição, a previsão é de que nova disputa judicial será travada, envolvendo outra vez a Usiminas em um cenário de instabilidade de governança e gestão. E pouco tempo depois de outro embate nos tribunais de Minas Gerais. Os dois acionistas se digladiam desde 2014 pelo comando da gestão da Usiminas. Em setembro daquele ano, três executivos da diretoria-executiva ligados à Ternium foram destituídos de seus cargos sob acusação de irregularidades. A explicação sobre o memorando firmado entre Usiminas, Musa e a Sumitomo Corporation - dona de 30% do capital da mineradora - conforme declaração na ata da reunião, é que o mesmo "não é vinculante e não gera obrigações à Companhia". Pelo documento, a empresa se comprometia a

compensar a mineradora por comprar menos minério de ferro que o volume que estava acertado em contrato - 4 milhões de toneladas ao ano. Segundo apurou o Valor, as negociações dos termos do memorando ainda estão em curso. E um acordo de compensação somente viria a ser firmado e ter efeitos práticos para a Usiminas depois de sua aprovação pelo conselho da companhia. Para uma fonte, como ainda não se consumou um acordo e não houve ônus à siderúrgica, o argumento sobre a conduta de Souza é frágil juridicamente. E seu potencial afastamento poderia ser derrubado por uma ação liminar. Desde que paralisou a produção de aço em Cubatão (SP), janeiro de 2016, a empresa reduziu à metade sua necessidade de minério de ferro. Das 4 milhões de toneladas contratadas, tem demandado de 2 milhões a 2,5 milhões de toneladas ao ano. A proposta de compensação em discussão seria uma forma de a Usiminas não ser obrigada a pagar pelo volume não consumido. Nos últimos 15 meses, a Usiminas viveu sob turbulências. Escapou por pouco de uma recuperação judicial, teve que fazer às pressas um aumento de capital de R\$ 1 bilhão e renegociar o alongamento de uma dívida de mais de R\$ 6 bilhões com bancos e destravar R\$ 700 milhões que estava no caixa da Musa, ocorrido recentemente após ida de Souza ao Japão negociar diretamente com executivos da Sumitomo, avaliou a fonte ao Valor. Em nota, a Usiminas informou que "não comenta assuntos do âmbito de seus acionistas e reafirma o compromisso da Diretoria Executiva de trabalhar com foco exclusivo na geração de resultados consistentemente positivos". Procuradas, Ternium e Nippon Steel informaram que não se pronunciariam sobre assunto que vai ser tratado em reunião do conselho da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Camila Souza Ramos

Título: Importação de combustível ganha destaque na Raízen

Guimarães, presidente da Raízen: "A importação passa a ser parte do fornecimento e não mais uma operação oportunista.

" A mudança na política de preços da Petrobras vai pautar a estratégia das empresas de distribuição de combustíveis daqui para a frente e capacidade de "trading" e infraestrutura logística ganham ainda mais relevância para o negócio, de acordo com o presidente da Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, Luis Henrique Guimarães. "A importação passa a ser parte do fornecimento e não mais uma operação oportunista que buscava gerar valor na arbitragem. Agora, o risco adicional é a volatilidade dos preços da Petrobras no mercado interno", afirmou.

Ao mesmo tempo, as compras externas tanto de gasolina e diesel como de etanol serão inevitáveis nos próximos anos, na avaliação do executivo da Raízen, já que não há perspectivas de investimentos em aumento de capacidade

produtiva por parte da estatal no Brasil. "O Brasil vai ter que importar, não vai ter saída", sustentou Guimarães, citando um investimento de R\$ 200 milhões da companhia em um terminal de armazenamento de líquidos no porto de Itaqui, no Maranhão, para receber combustíveis do exterior. Uma vez que a dinâmica de mercado mudou, a Raízen também reforçou seu time de trading. "As importações agora são parte do dia a dia, parte da estratégia de suprimento, e o Brasil finalmente volta a praticar preços com lógica econômica", acrescentou o executivo. Para o braço sucroalcooleiro da joint venture, a nova política de preços da Petrobras trouxe, até o momento, apenas benefícios. Desde que a estatal passou a atrelar os preços da gasolina que vende no mercado interno às oscilações do petróleo no mercado internacional, os preços do combustível nos postos seguiram trajetória de alta, o que elevou o preço médio do produto no ano passado e favoreceu a elevação de preços do etanol hidratado (abastecido diretamente nos tanques).

Empresa seguirá atenta a oportunidades de fusão e aquisição, mas não vai investir em ativos sem qualidade. "Isso [a política de preços da Petrobras] fez com que o preço médio do etanol na safra 2016/17 fosse melhor que na safra anterior, porque tirou o teto do produto", afirmou Guimarães. Em geral, os preços do etanol hidratado ficam próximo de 70% do valor da gasolina, patamar em que os dois combustíveis são igualmente competitivos, conforme parâmetro mais aceito no mercado. O executivo reconheceu, porém, que ao referenciar os preços internos no mercado externos, "tem coisa boa e coisa ruim", já que o setor sucroalcooleiro se torna suscetível à fortes quedas do petróleo. Por isso, Guimarães reforçou que, na ordem de prioridade de produção, a Raízen Energia segue com foco em açúcar. "A ordem [de prioridade] é açúcar, etanol industrial, [etanol] anidro e depois [etanol] hidratado. Queremos estar menos sujeitos ao preço do barril e a políticas de preço da Petrobras", justificou. Além disso, o presidente da Raízen ressaltou que o açúcar continua oferecendo prêmio em relação ao etanol mesmo depois da queda dos preços do adoçante nos últimos meses, o que mantém a tendência mais "açucareira" para a safra 2017/18, que começa oficialmente em 1º de abril. No mercado doméstico de combustíveis, após o recuo verificado no ano passado, os números do primeiro trimestre começaram a mostrar alguma melhoria, segundo Guimarães. Nesse ambiente, a Raízen manterá a expansão da rede de postos de maneira "seletiva". "Vai haver racionalização no mercado, porque o Brasil tem elevado número de postos", observou. O presidente da Raízen reconhece que, no negócio de conveniência, a empresa de distribuição ainda não achou o modelo ideal. Algumas decisões já foram tomadas, como a contratação de profissionais com histórico de atuação no varejo e a separação dessa área em um novo CNPJ, mas elas ainda não se refletiram nos números. "Não estamos felizes com o resultado, tem muito mais valor para extrair dessa área", disse o executivo. A Raízen também seguirá atenta a oportunidades de fusão e aquisição, mas não vai investir em ativos sem qualidade de ponto de venda. "Não queremos trazer problema para uma rede

que está bem equacionada", afirmou. Sobre embandeiramentos, disse que a velocidade daqui para a frente não deve ser muito maior do que a vista, com cerca de 300 a 350 unidades por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Usina Bom Retiro será reaberta após dois anos parada

A Raízen Energia vai reabrir a Usina Bom Retiro, em Capivari (SP), que está sem operar há dois anos, para processar a chamada "cana energia" - uma espécie mais fibrosa que a cana-de-açúcar convencional. A unidade funcionará de junho até setembro ou outubro, que é o período em que a "cana energia" está em seu período fisiológico ideal de maturação. A meta é processar 400 mil toneladas de "cana energia" nesta temporada, afirmou ontem João Alberto Abreu, vice-presidente de etanol, açúcar e bioenergia da Raízen Energia, a jornalistas, durante evento da Cosan.

A unidade tem capacidade instalada para moer 1,2 milhão de toneladas de cana por safra e teve suas atividades suspensas em 2015 por falta de cana-de-açúcar após uma longa estiagem. A reativação da unidade, porém, tem caráter experimental. "É mais um projeto para testar a usina com a variedade", afirmou Abreu. A matéria-prima foi plantada em parceria com a empresa de biotecnologia Vignis, que desenvolveu a variedade de "cana energia". O executivo também afirmou que a Raízen Energia pode decidir neste ano ampliar a capacidade instalada de sua unidade de etanol celulósico (produzido a partir de biomassa), a Usina Costa Pinto, em Piracicaba, ou construir uma nova usina baseada nessa tecnologia, se a atividade da atual unidade apresentar um bom desempenho. A meta da Raízen Energia para a produção de etanol celulósico na safra 2017/18 é de 15 milhões de litros a 20 milhões de litros. Se a companhia conseguir atingir esse objetivo, conseguirá ampliar de forma significativa sua produção em relação à safra que está terminando, em que a produção ficou em 7,1 milhões de litros de etanol celulósico. Porém, ainda estará aquém da capacidade instalada, de 40 milhões de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Minoritários da Vale podem eleger primeiro conselheiro

O advogado Marcelo Gasparino, com atuação em diversos conselhos de administração de empresas de capital aberto no país, poderá tornar-se o primeiro

representante dos acionistas minoritários eleito, em separado dos controladores, no conselho de administração da Vale. Gasparino está sendo novamente apontado pelos acionistas Geração Futuro L. Par, Vic DTVM e Victor Adler para concorrer à eleição pelos detentores de ações preferenciais da Vale, na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da empresa no dia 20 de abril.

É a segunda tentativa. A primeira iniciativa terminou frustrada em 2016. Gasparino já se elegeu, em eleição em separado, para o conselho da Usiminas e da Eletrobras, dos quais não participa mais. Ele é conselheiro da EAS Eletropaulo, Battistella e Eternit. "O convite feito pelos minoritários [Geração Futuro, VIC DTVM e Victor Adler] para concorrer à eleição em separado vai no sentido de garantir a presença de um membro independente no conselho da Vale", disse Gasparino. E completou: "Queremos ter uma gestão construtiva com a companhia neste momento de transição da Vale rumo ao Novo Mercado da BM&FBOvespa", afirmou ele. A Vale anunciou plano de unificar suas classes de ações (PN e ON) em ações ordinárias e migrar para o Novo Mercado da Bolsa até 2020. Com a migração, terá ao menos 20% dos conselheiros independentes no colegiado. A tentativa dos minoritários de eleger Gasparino é um primeiro passo nessa direção. O advogado disse que o quórum necessário para se eleger membro independente é de 10% do capital social, no mínimo, equivalente a 525 milhões de ações PN. Esse percentual está previsto no parágrafo quarto do artigo 141 da lei das SA. Para garantir o quórum, ele vai precisar do apoio de investidores estrangeiros, uma vez que, segundo ele próprio, 90% das 525 milhões de ações PN estão em mãos de estrangeiros. São basicamente grandes fundos de investimento. Ele espera ter apoio expressivo dos preferencialistas. "O movimento [de ter um integrante independente no conselho] é visto com simpatia [pelos preferencialistas]", afirmou. Se não conseguir o quórum mínimo dos preferencialistas, os minoritários tentarão se juntar com os ordinaristas presentes na AGO para eleger Gasparino e um suplente, Bruno Bastit, para o conselho da mineradora. Essa combinação de ações na eleição está prevista no artigo 5º do mesmo artigo 141 da Lei da S.A. Bastit também foi apontado pela Geração Futuro L. Par, Vic DTVM e Victor Adler para concorrer à eleição em separado, pelos detentores de ações ordinárias, na AGO de 20 de abril. No ano passado, esse mesmo grupo de minoritários também indicou Gasparino para a vaga de Alberto Guth no conselho da Vale, mas a mineradora reagiu contrariamente à eleição em separado por entender que na AGO de 2016 constava, em um dos itens, somente a ratificação do nome de Guth e não havia previsão de eleição, em separado, para um representante dos minoritários. O pleito dos minoritários, representados por Gasparino, foi submetido à apreciação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no ano passado. Guth foi indicado pela Valepar, holding dos controladores da Vale. Depois da AGO, Gasparino chegou a um entendimento para ser indicado como suplente de Guth, cujo mandato vence em abril de 2017. Mas como substituto não pode participar das reuniões do

conselho. "Primeiro, sentei no banco de reservas, mas agora esperamos conseguir a eleição", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon

Título: Petrobras perde disputa em turma do Conselho

A Petrobras perdeu ontem uma disputa com a Receita Federal na 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Por maioria de votos, foi mantida uma cobrança de cerca de R\$ 1,6 bilhão, em valores de 2010, segundo fontes. A empresa vai recorrer à Câmara Superior do órgão. A Petrobras já havia perdido processos em que discute a mesma tese no conselho. A autuação cobra Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de controladas da companhia na Holanda e nas Ilhas Cayman.

Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), não é o lucro da controlada que é tributado, mas sim o resultado disponibilizado para a empresa brasileira. Por isso, a existência de tratado não impede a tributação. Na turma, a maior parte dos conselheiros acompanhou o voto divergente, do conselheiro Fernando Brasil de Oliveira Pinto, representante da Fazenda, favorável à tributação tanto da operação na Holanda quanto da realizada nas Ilhas Cayman. Para Oliveira Pinto, o lucro poderia ser tributado quando consolidado no Brasil. O relator, conselheiro Caio Cesar Nader Quintella, representante dos contribuintes, mantinha apenas a cobrança com relação às Ilhas Cayman, por se tratar de paraíso fiscal, e ficou vencido. A decisão segue precedente da Câmara Superior do Carf que autoriza a cobrança dos tributos sobre o lucro de empresas sediadas em países com os quais há tratado para evitar a bitributação. Em 2016, ao julgar um caso da própria Petrobras, a 1ª Turma decidiu que o lucro de controlada no exterior deve ser tributado. Na Justiça, no entanto, o precedente para essa tese é favorável às empresas. A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o assunto em 2014 em um processo que envolvia a Vale e controladas na Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo, países com os quais o Brasil possui acordos para evitar a bitributação. A maioria dos ministros considerou que os tratados internacionais inviabilizam a tributação de valores no Brasil. A discussão é relevante para as empresas que têm controladas no exterior e para a Receita Federal pelo impacto financeiro que a aplicação de acordo contra a dupla tributação pode representar. Ao usar o tratado, o contribuinte fica livre do pagamento de uma alíquota sobre lucros no exterior de 34%. Do percentual, 25% corresponde ao IR. Em nota, a Petrobras informou que "seguirá na defesa dos seus interesses" e recorrerá à Câmara Superior do Carf.

MME / ASCOM .